



A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS, EMBATES E DESAFIOS

Jacqueline Santos Miranda
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
jacquelinesmiranda176@gmail.com

Fernanda Caldeira de Oliveira Souza
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
fernandacaldeiramoc@gmail.com

Mirian Silva Santos
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
miriacebrac@gmail.com

Maria José Soares Santos
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
tedinha.mocc@gmail.com

Tamires de Paula da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
tamirespaula2112@gmail.com

Rosevane Couto Xavier
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
rosevane.prates123@gmail.com

Andréa Lafetá de Melo Franco
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES
andrea.franco@unimontes.br

Eixo 3 – Políticas Públicas e Gestão Educacional na Perspectiva Inclusiva

Palavras-chave: (Educação Especial, Inclusão Escolar, Políticas Públicas)

Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, representou um marco nas discussões sobre a garantia do direito à educação para estudantes público-alvo da Educação Especial. Ao longo da última década, a implementação dessa política gerou avanços significativos, mas também enfrentou embates e disputas de diferentes naturezas. Assim, torna-se relevante analisar como a literatura acadêmica tem abordado a trajetória da PNEEPEI, destacando conquistas, desafios e os tensionamentos políticos que permeiam o campo da Educação Especial no Brasil (Silva; Souza; Faleiro, 2018). O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino

regulares, tem sido intenso nos últimos anos. Atualmente, o Ministério da Educação está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), o texto proposto enfrenta forte oposição de alguns grupos de educadores que tratam do assunto, para quem a nova redação voltaria a estimular a volta da separação das pessoas com deficiência indo na contramão da perspectiva social que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da acessibilidade, e a não separação dos alunos com e sem deficiência (Ribeiro, Silva e Martínez, 2021).

Fundamentos Teóricos

A PNEEPEI surgiu como uma tentativa de superar práticas excludentes, defendendo a escolarização de todos os estudantes na escola comum. Entretanto a efetivação dessa política nem sempre correspondeu ao ideal proposto, revelando contradições entre o discurso e a prática (Silva; Souza e Faleiro, 2018).

A Educação Especial brasileira está marcada por embates políticos e ideológicos que refletem disputas históricas sobre concepções de inclusão, atendimento educacional especializado e financiamento público. Tais embates revelam que a política educacional se constitui em campo de disputas de projetos de sociedade (Kassar, Rebelo e Oliveira, 2019).

Ribeiro, Silva e Martínez (2021), ao realizarem um balanço da produção científica de 2010 a 2020, identificaram que a política desencadeou uma vasta produção acadêmica, concentrada principalmente em análises críticas de sua implementação. Os estudos evidenciam tanto os avanços quanto os retrocessos no campo, sobretudo diante de mudanças políticas recentes que ameaçam sua continuidade.

Metodologia

Este trabalho consiste em uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em três artigos científicos selecionados por sua relevância e contribuição para a análise da PNEEPEI. Os textos de Silva, Souza e Faleiro (2018), Ribeiro, Silva e Martínez (2021) e Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) foram utilizados como fontes principais, possibilitando um diálogo crítico acerca dos avanços e limites da política ao longo da última década.

Análise de dados

A análise dos textos evidencia que a PNEEPEI trouxe importantes avanços ao propor a escolarização inclusiva como princípio orientador da Educação Especial. Todavia, há recorrência de dificuldades em termos de formação docente, infraestrutura escolar e recursos de acessibilidade, fatores que comprometem sua efetividade (Silva; Souza; Faleiro, 2018).

Ribeiro, Silva e Martínez (2021) destacam que, embora haja crescimento da produção científica sobre a temática, a implementação da política ainda enfrenta entraves ligados às divergências teóricas e políticas. Os autores ressaltam que tais divergências foram intensificadas no contexto de revisão da PNEEPEI, em 2020, quando surgiram propostas que poderiam significar retrocessos para a inclusão escolar. Complementarmente, Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) apontam que a disputa em torno da política reflete interesses diversos, de um lado, setores que defendem a manutenção da perspectiva inclusiva; de outro, grupos que reivindicam modelos segregacionistas de atendimento. Essa tensão revela que a efetividade da política depende não apenas de legislações, mas também de correlações de forças sociais e políticas.

A análise conjunta dos artigos demonstra que a efetivação do direito à educação inclusiva não se resume à publicação de documentos normativos, mas exige condições estruturais, financiamento adequado, diálogo interinstitucional e superação de resistências históricas. Portanto, os trabalhos convergem ao evidenciar que a consolidação de uma política inclusiva equitativa no Brasil depende da articulação entre pesquisa científica, práticas pedagógicas, construindo um desafio ainda em aberto.

Conclusões

A análise dos estudos evidenciou que a PNEEPEI representou um avanço significativo ao propor a inclusão como princípio estruturante da Educação Especial. Contudo, sua trajetória foi marcada por contradições, embates e disputas que impactaram sua implementação e continuidade. Percebe-se, assim, que a consolidação de uma educação inclusiva no Brasil depende de políticas públicas consistentes, formação docente adequada e, sobretudo, da garantia de que os direitos conquistados não sejam retrocedidos diante de mudanças políticas.

Referências

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008

KASSAR, Monica de Carvalho; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e217170, 2019. .

RIBEIRO, Luana Leal; SILVA, Renata Maldonado da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. **Balanço da produção científica sobre a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2010–2020)**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, e263611, 2021.

SILVA, Lázara Cristina da; SOUZA, Vilma Aparecida de; FALEIRO, Wender. **Uma década da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: do ideal ao possível**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 22, n. 2, p. 732-747, 2018.